

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.408 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 26 DE NOVEMBRO DE 2001

## Senadores debatem o Código do Contribuinte com Malan e Everardo

Enquanto o autor da proposta, senador Jorge Bornhausen, diz que objetivo é acabar com a “coação contra o contribuinte”, o secretário da Receita Federal tem afirmado que o texto pode beneficiar empresas interessadas em sonegar impostos. Para votar a matéria no dia 5 de dezembro, senadores realizam audiência pública amanhã, às 10h.

PÁGINA 3



**Comissão do Mercosul discute plebiscito sobre Brasil na Alca**

PÁGINA 3

Emilia Fernandes



**General Cardoso fala sobre ação de terroristas na fronteira**

PÁGINA 4

Romeu Tuma



**Comissão vota seguro para trabalhador do artesanato**

PÁGINA 5

Sebastião Rocha



**Pantanal de Mato Grosso do Sul pode ser incluído no patrimônio nacional**

O Plenário examina esta semana proposta de emenda à Constituição de autoria do senador Ramez Tebet que inclui o Pantanal sul-mato-grossense no patrimônio nacional. O objetivo é suprir lacuna do texto constitucional, que se refere ao Pantanal mato-grossense, quando, segundo Tebet, 66,5% da área do Pantanal localizam-se em Mato Grosso do Sul. As regiões incluídas no patrimônio nacional têm sua utilização condicionada à preservação do meio ambiente.

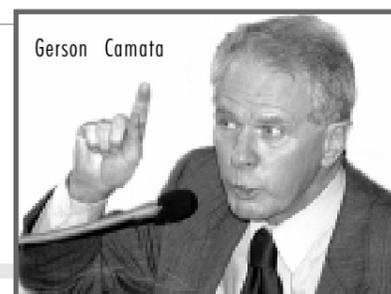
PÁGINA 4

Proposta de emenda à Constituição estende a todo o Pantanal, que abrange áreas de dois estados, a condição de patrimônio nacional

## Audiência pública analisa implantação da TV digital

Quatro especialistas discutem o tema com a Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática, por iniciativa de Gerson Camata e Antonio Carlos Júnior

PÁGINA 6



Gerson Camata

# Simon condena ênfase ao "marketing" político e às pesquisas de opinião

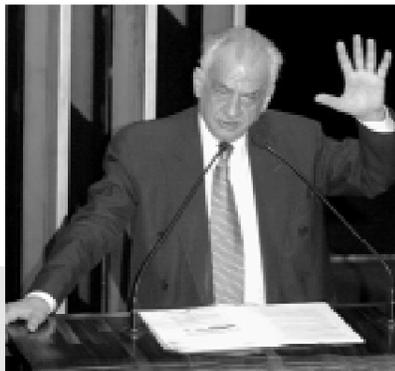
Senador cobra mais respeito à sua pré-candidatura à Presidência da República e afirma que, se for o escolhido pelo PMDB, estará representando "o sonho de mudar o Brasil"

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) condenou na sexta-feira a ênfase que se dá no Brasil ao *marketing* político, aos marqueteiros e às pesquisas de opinião que, pela mídia, segundo sua avaliação, manipulam os eleitores, principalmente os mais humildes. Essa ênfase não acontece em nenhum país, frisou. Ele cobrou mais respeito à sua pré-candidatura por parte da grande imprensa e das instituições de pesquisa de opinião, e disse que, se for escolhido candidato do PMDB à Presidência da República, estará representando "o sonho de mudar o Brasil".

Para o senador, o PMDB luta pela dignidade do povo, a redistribuição

de renda, a estabilidade econômica, a elevação do emprego, a retomada do desenvolvimento, o resgate social, a agricultura, o transporte e a energia. Simon disse que, ao contrário do governo Fernando Henrique, se ele chegar à Presidência da República, nenhuma denúncia de irregularidade no governo ficará sem a punição rigorosa. "Será o fim da impunidade. O exemplo virá de cima", observou.

O senador afirmou que o Brasil não pode continuar pagando juros aos credores externos em níveis insuportáveis. Em sua opinião,



Pedro Simon diz que, com acesso à TV, não teme *marketing* nem marqueteiros

o país tem de buscar um acordo, para destinar cerca de US\$ 10 bilhões anuais, que seriam gastos

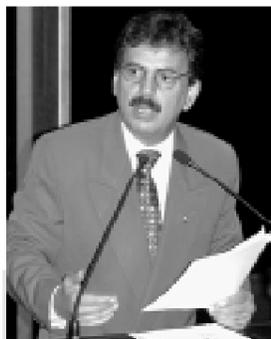
no pagamento de juros, a questões prioritárias, como o combate à pobreza.

Ele garantiu não temer os artifícios lançados na política pelo *marketing*, que, comentou, muda a cara dos partidos e quer até mesmo escolher os candidatos. "Se eu tiver oito minutos por dia na TV, durante dois meses, podendo debater todos os problemas, terei plenas condições de competir, e não temo nenhum *marketing* e nenhum marqueteiro." Para o senador, a "hora da verdade" vai chegar — "a hora do debate e da apresentação das idéias, que irá suplantar todo o *marketing* e os marqueteiros".

## Ademir aponta comportamento não-ético do governador do Pará

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) manifestou, na sexta-feira, sua "indignação" diante da atitude do governador do Pará, Almir Gabriel, que, segundo ele, anunciou o projeto Sossego, da Companhia Vale do Rio Doce, como a redenção econômica do estado e capaz de livrar o Brasil da importação de cobre. O senador considerou "não-ético" o comportamento do governador e associou a divulgação do projeto a interesses políticos de Gabriel.

Ademir afirmou que, em entrevistas dadas por diretores da Vale, está colocado, de forma velada, que o destino da produção do projeto Sossego é a exportação. Segundo ele, isso significa que o Brasil vai se



Para Ademir, ao contrário do anunciado, país não se livrará de importar cobre

destacar como grande exportador de cobre, mas continuará sendo o primeiro importador desse metal na América do Sul.

O senador informou que o projeto vai explorar a jazida da Serra do Sossego e deve começar a produzir, em 2004, 141 mil toneladas de cobre e 3,5 toneladas de ouro por ano.

— O Brasil gasta US\$ 400 milhões por ano comprando cobre do Peru e do Chile. Produz 40 mil toneladas, mas tem uma demanda em torno de 300 mil toneladas — completou.

Assim, para ele, seria lógico que a reserva de Carajás, a terceira maior do continente, destinasse pelo menos parte das 141 mil toneladas produzidas anualmente para o mercado interno.

## Luiz Otávio destaca aprovação popular ao governo de Gabriel

Em resposta às críticas do senador Ademir Andrade (PSB-PA) ao governador do Pará, Almir Gabriel, o senador Luiz Otávio (PPB-PA) destacou que o atual governo do estado foi o primeiro a implementar um progresso efetivo na região, com estímulo aos setores produtivos, em especial a agroindústria e a mineração, e aos projetos sociais.

— Não é sem motivo que o governador Almir Gabriel conta hoje com 88% de aprovação popular nas pesquisas de opinião. Ele está fazendo grandes coisas, e se não faz mais é porque não é possível, a nenhum governo, resolver todos os problemas de uma vez — afirmou.

Luiz Otávio contestou os questionamentos de Ademir, citando vári-



Luiz Otávio: atual governo foi o que mais investimentos conseguiu para o Pará

as ações de Gabriel, como a recuperação de 86% da malha viária estadual, a implantação de um projeto para a agroindústria, a elevação da arrecadação e a reativação da economia de 50 municípios.

Luiz Otávio ressaltou ainda o fato de a Vale do Rio Doce, hoje privatizada, ter sido objeto, pela primeira vez desde que foi criada, de uma fiscalização rigorosa e séria.

— Esse governo tem um projeto, um plano, e foi o que mais investimentos conseguiu para o Pará em toda a sua história — cerca de R\$ 4 bilhões — frisou.

Em aparte, Ademir Andrade disse que a maior parte dos recursos direcionados ao Pará é obtida pela bancada do estado no Senado.

## AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 26 DE NOVEMBRO DE 2001

### PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLC nº 114/01, dispõe sobre a criação de selo comemorativo do centenário de nascimento do presidente Juscelino Kubitschek; terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 36/00, altera a redação do parágrafo 4º do art. 225 da Constituição federal (dispõe sobre a utilização da Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, os pantanais Mato-Grossense e Sul Mato-Grossense e a Zona Costeira, como patrimônio nacional, assegurando a preservação do meio ambiente; terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 42/01, altera os artigos 149, 155 e 177 da Constituição federal (dispondo que as contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico não incidirão sobre as receitas decorrentes de exportação, contudo podendo incidir sobre a importação de bens ou serviços de telecomunicações, derivados de petróleo e combustíveis, define alíquotas e competência); segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 29/01, cria os Tribunais Regionais Federais da 6ª e 7ª Região; e PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para exploração de serviço de radiodifusão sonora.

### PREVISÃO

#### PLENÁRIO

Terça-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: entre outros, PLC nº 105/96, dispõe sobre a prevenção, o tratamento, a fiscalização, o controle e a repressão do tráfico ilícito e do uso indevido de entorpecentes e drogas afins; PLS nº 154/97, dispõe sobre a prevenção, o tratamento, a fiscalização, o controle e a repressão à produção, ao uso indevido e ao tráfico ilícito de substâncias entorpecentes e de drogas que causam dependência física ou psíquica; PEC nº 36/01, dá nova redação à alínea "c" do inciso XVI do art. 37 da Constituição federal (inclui dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde na permissão para acumular dois cargos públicos remunerados).

Quarta-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: entre outros, quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 36/00, quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 42/01.

Quinta-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: entre outros, votação, em primeiro turno, da PEC nº 30/00, altera a alínea "c" do inciso XVI do art. 37 da Constituição federal (incluindo o odontólogo na autorização para acumular cargos públicos remunerados); quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 29/01, cria os Tribunais Regionais Federais da 6ª e 7ª Região.

Sexta-feira

9h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: entre outros, PDL nº 218/01, aprova o texto do Tratado sobre as Relações de Parceria celebrado entre o Brasil e a Federação Russa; PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para exploração de serviço de radiodifusão sonora.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet

1º Vice-Presidente: Edison Lobão

2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares

1º Secretário: Carlos Wilson

2º Secretário: Antero Paes de Barros

3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti

Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Mário Marona

Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150

Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170

Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéias Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo

Arte: Cirilo Quartim

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Malan e Everardo debatem Código do Contribuinte

Autor da proposta, Bornhausen garante que objetivo é acabar com a “coação contra o contribuinte”, mas secretário da Receita diz que o texto pode beneficiar sonegadores. Para discutir as duas posições, CAE realiza audiência pública

## Tabela do IR sem correção é confisco, alerta Maldaner

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) reivindicou na sexta-feira, em Plenário, a imediata aprovação, na Câmara dos Deputados, do projeto que corrige a tabela do Imposto de Renda, pessoa física, em 35,29%. Ele protestou contra o “assédio” que, a seu ver, o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, estaria exercendo sobre os deputados para impedir a votação.

Segundo Casildo Maldaner, a tabela congelada desde 1995 está reduzindo o poder aquisitivo da população. “Sou testemunha de uma revolta sacrossanta, cada vez que visito minhas bases eleitorais em Santa Catarina. Isso não é mais um simples imposto, é verdadeiro confisco”, afirmou.

O senador lembrou que, entre 1995 e 2000, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), da Fundação Getúlio Vargas, registrou alta de 82%, enquanto o Índice Geral de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do Instituto Brasileiro de



Maldaner pede a imediata aprovação do projeto que corrige a tabela do IR em 35,29%

Geografia e Estatística (IBGE), subiu 65%. “Não é justo ser contrário à correção da tabela do IR, que irá diminuir as alíquotas para pessoas físicas”, acrescentou.

Para Maldaner, se o governo realmente estivesse preocupado em manter o nível de arrecadação, bastaria que tivesse a coragem política de cobrar impostos das grandes empresas e dos bancos, que neste ano, mais uma vez, estão batendo recordes de lucros.

## Jucá quer regulamentar regime tributário dos fundos de pensão

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) defendeu na sexta-feira, em Plenário, a regulamentação definitiva do regime tributário especial para os fundos de pensão. Ele apelou ao ministro da Previdência e Assistência Social, Roberto Brant, e aos representantes dos fundos de pensão para que cheguem a um acordo sobre o assunto. Segundo o senador, caso a situação seja resolvida até o fim do ano, o Orçamento da União poderá contar, já em 2002, com recursos de R\$ 6,8 bilhões e a Receita Federal poderá ter uma arrecadação de mais R\$ 300 milhões no próximo ano.

Jucá lembrou que, durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, dois projetos que regulamentam a previdência complementar já foram aprovados, mas ainda está pendente a composição de um regime de tributação que se adapte à realidade fiscal dos fundos de pensão, viabilizando seu funcionamento e o seu crescimento.



Jucá lembrou que dois projetos que regulamentam a previdência complementar já foram aprovados

### CHINA

Romero Jucá parabenizou o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sérgio Amaral, pela ampliação verificada no comércio bilateral entre o Brasil e a China, que registrou, entre janeiro e setembro deste ano, US\$ 2,5 bilhões. O senador registrou que Amaral recebeu na semana passada o ministro do Comércio Exterior da China com o objetivo de aumentar ainda mais o comércio entre os dois países.

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, participam amanhã, às 10h, de audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Na pauta, o projeto de autoria do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) que trata dos direitos e garantias do contribuinte, o chamado Código do Contribuinte. O projeto seria votado em outubro, mas entendimento entre os líderes provocou o adiamento para 5 de dezembro – com a audiência prévia do ministro e do secretário, que devem falar sobre o impacto da medida na arrecadação.

Na discussão do projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o senador Pedro Simon (PMDB-RS) apresentou texto do secretário da Receita com observações sobre o código. Uma das críticas apontadas por Everardo Maciel é que o texto trata ape-



Segundo Bornhausen, o Código do Contribuinte abre uma nova página na história da cidadania

nas dos deveres do fisco, sem mencionar as obrigações dos contribuintes. Ainda segundo o secretário, o texto pode beneficiar empresas interessadas em sonegar impostos. Na defesa do texto (*leia principais pontos do projeto*), Bornhausen afirma que a intenção da proposta é acabar com a coação contra o contribuinte.

AMBEV

Ainda amanhã, às 17h, a CAE volta a se reunir em audiência pú-

blica. Desta vez, para discutir as modificações sofridas pelo mercado de distribuição de cerveja, após a fusão das maiores companhias do setor, Brahma e Antarctica. Um dos pontos acordados pelas empresas, quando da aceitação da fusão pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), foi a manutenção das duas redes de distribuição de bebidas, o que garantiria milhares de empregos.

No entanto, há denúncias de trabalhadores e empresários de que este ponto não estaria sendo respeitado.

Participam da audiência o presidente do Cade, João Grandino Rodas, o secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Cláudio Considera, o presidente da Federação Nacional dos Distribuidores de Cervejas e Refrigerantes, Valdemir Machado, e o diretor da AmBev Milton Seligman.

- Os governos não poderão divulgar pela imprensa nomes de contribuintes devedores
- Nenhum contribuinte será obrigado a pagar alguma coisa antecipadamente para ter direito de reclamar
- As Secretarias de Fazenda têm de responder a reclamações de contribuintes em 30 dias, em processo administrativo
- Fica proibido o uso de meios coercitivos para cobrança extrajudicial de tributos, como interdição de empresas
- Ação penal contra contribuinte só poderá ser proposta após o fim de processo administrativo

### O QUE DIZ O CÓDIGO DO CONTRIBUINTE

- Fiscais não poderão ser acompanhados de polícia nas suas diligências, exceto quando autorizados pela Justiça
- Empresa que responde a processo administrativo ou judicial também terá direito a incentivos fiscais
- Contribuinte que parcelar débitos tributários não será mais considerado inadimplente
- Contribuinte deve ser informado e ter acesso sobre todo processo em que estiver envolvido

## Comissão do Mercosul vota proposta de plebiscito sobre ingresso do Brasil na Alca

A representação brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul reúne-se amanhã para examinar relatório da senadora Emilia Fernandes (PT-RS) a respeito da proposta do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) de plebiscito sobre a suspensão, pelo prazo de 20 anos, das negociações para o ingresso do Brasil na Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

A comissão deve realizar, ainda, debate sobre a minuta de proposta de emenda à Constituição, a ser apresentada pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR), que

inclui entre as atribuições de competência exclusiva do Congresso Nacional a de “acompanhar os atos, acordos, convênios e tratados que versam sobre matéria de comércio internacional, desde o início de suas negociações e elaboração pelo Poder Executivo até a fase de sua conclusão para assinatura entre o Brasil e os países signatários”. Pela proposta, caberá ao presidente da República submeter tais documentos ao Congresso. A reunião terá início às 17h30, na sala 9 da Ala Senador Alexandre Costa, no Senado.



Saturnino quer ouvir o povo sobre a suspensão de entendimentos para ingresso do Brasil na Alca

# Pantanal de Mato Grosso do Sul pode tornar-se patrimônio

A proposta a ser discutida hoje garante proteção especial à área, a exemplo do que já ocorre com a região pantaneira localizada em Mato Grosso

Além de deliberar sobre a criação de selo comemorativo do centenário de nascimento do ex-presidente Juscelino Kubitschek, o Senado discute hoje três propostas de emenda à Constituição, todas a serem votadas em primeiro turno.

Uma das propostas inclui o Pantanal sul-mato-grossense no patrimônio nacional. De iniciativa do presidente da Casa, senador Ramez Tebet, a proposta visa suprir lacuna do texto constitucional, que considera patrimônio nacional apenas o Pantanal mato-grossense.

Em defesa da emenda, Tebet argumenta que 66,5% da área do Pantanal encontra-se em Mato Grosso do Sul e apenas 33,5% no estado de Mato Grosso. A proposta altera a Constituição no dispositivo que já protege a Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal mato-grossense e a Zona Costeira como patrimônios nacionais, condicionando a utilização de cada uma das áreas à preservação do meio ambiente.

Deve também ser discutida hoje



Tebet é autor da PEC que inclui o Pantanal sul-mato-grossense no patrimônio nacional

proposta de emenda constitucional dispondo que incidirá sobre a importação de petróleo e gás natural contribuição de intervenção no domínio econômico. Enviada pelo governo e alterada na Câmara, a matéria cria tributo sobre importações, chamado de Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico. O imposto, conforme o texto, não incidirá sobre receitas decorrentes de exportação, mas sobre a importação de bens

ou serviços de telecomunicações, derivados de petróleo e combustíveis.

Relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) disse que a proposta visa compatibilizar o mercado interno com as variações do preço do petróleo no mercado externo. O governo argumenta que, com a emenda, será possível implementar uma forma de tributação que evite distorções entre o

preço interno e o externo do produto.

A terceira proposta de emenda constitucional a ser discutida pelo Plenário cria os Tribunais Regionais Federais da 6ª e da 7ª Região. O primeiro se situará em Curitiba (PR), tendo jurisdição sobre o Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul. O da 7ª Região será localizado em Belo Horizonte (MG), com jurisdição sobre Minas Gerais e Espírito Santo.

## Projeto garante pensão vitalícia a Mário Juruna

Foi encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para decisão terminativa, projeto do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) que concede pensão especial vitalícia ao xavante Mário Juruna, primeiro deputado índio do Brasil. A remuneração prevista é a mesma das categorias funcionais de nível superior da tabela de vencimento do funcionalismo público federal.

— O projeto tem a finalidade de fazer um mínimo de justiça a um brasileiro que teve marcante presença na vida pública nacional, notabilizando-se pelos serviços prestados à causa indígena e que ora vive em situação de imensa dificuldade, com graves problemas de saúde e carência total de recursos para prover as condições de subsistência de sua grande prole — explica Carlos Bezerra.

Juruna, informa o senador, nasceu em Couto Magalhães (MT) em setembro de 1943 e viveu na área

indígena, sem contato com a sociedade brasileira, até os 17 anos, quando tornou-se cacique da aldeia Namunjurá, na área indígena de São Marcos, município de Barra do Garças (MT). Ele ganhou notoriedade na década de 70, quando veio a Brasília pedir agasalhos, cobertores e sapatos para sua comunidade.

Na eleição de novembro de 1982, diz Carlos Bezerra, Juruna elegeu-se deputado federal pelo Rio de Janeiro e durante o mandato ficou conhecido pela sua luta contra a corrupção e as práticas políticas que considerava desvirtuadas, além de fazer freqüentes acusações à Funai, por considerar que o órgão estava distanciado da realidade indígena.

Carlos Bezerra lembra que, derrotado nas urnas em novembro de 1986, Mário Juruna deixou a Câmara dos Deputados e passou a prestar serviços ao Projeto Rondon, que o colocou à disposição



O xavante e ex-deputado Mário Juruna vive hoje, sem poder trabalhar, no Distrito Federal

da Assembléia Nacional Constituinte, como assessor técnico. Ele não conseguiu completar o tempo de serviço mínimo no serviço público para ter direito à aposentadoria, mesmo a proporcional.

Hoje Juruna vive no Distrito Federal, na cidade-satélite do Guará, preso a uma cadeira de rodas, sem receber qualquer rendimento oriundo dos cofres públicos. O valor da pensão proposta por Carlos Bezerra é idêntico ao que o governo concedeu, em 1999, aos sertanistas Cláudio e Orlando Villas Boas, por meio de lei.

## Comissão discute denúncia de presença terrorista no Brasil

O chefe do Gabinete Institucional da Presidência da República, general Alberto Cardoso, participa hoje, às 17h30, de audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Ele deverá falar sobre as denúncias de que o terrorismo internacional estaria recebendo apoio econômico de imigrantes árabes estabelecidos na tríplice fronteira constituída pelo Brasil, Paraguai e Argentina. O requerimento para a realização da audiência é de autoria do senador Romeu Tuma (PFL-SP).

As denúncias vêm sendo publicadas pela imprensa brasileira e internacional. Na semana passada, a revista norte-americana *Time* publicou reportagem



General Alberto Cardoso falará sobre a denúncia na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

segundo a qual parte do dinheiro proveniente do contrabando da fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai financia o grupo terrorista Al Qaeda, ligado a Osama bin Laden, principal suspeito dos ataques aos Estados Unidos em 11 de setembro.



A mesa-redonda sobre a adoção da fidelidade partidária foi promovida sexta-feira pela Consultoria Legislativa do Senado

## Fidelidade partidária sem reforma política é questionada

A adoção da fidelidade partidária, sem que ao mesmo tempo se promova ampla reforma política, foi questionada durante mesa-redonda realizada sexta-feira pela Consultoria Legislativa do Senado. A medida, segundo os participantes da reunião, poderia ser considerada incompatível com a autonomia concedida aos partidos políticos pela Constituição de 1988.

— Muitas vezes se esquece que a fidelidade é muito mais política do que legal — alertou Gilberto Guerzoni Filho, consultor do Senado e moderador do debate. Ele recordou que a fidelidade formal, prevista em lei, praticamente não existe em grandes democracias.

O cientista político Paulo Kramer, professor adjunto da Universidade de Brasília (UnB), disse que a cultura política brasileira ainda é marcada pelo personalismo. Por isso, os políticos só tenderiam a concordar com a fidelidade quando dominassem a cúpula do partido ou tivessem boas relações com ela. “Atualmente o político trai o seu partido e também se diz

traído por ele”, observou.

A necessidade de maior democracia interna nas agremiações partidárias foi ressaltada por Lúcio Reiner, consultor legislativo da Câmara dos Deputados. Para ele, a implantação da norma rígida de fidelidade, na atual situação, levaria ao domínio dos partidos por suas cúpulas.

Os projetos que procuram estimular a fidelidade pela extensão do prazo de filiação para quem deseja candidatar-se a eleições, recordou Reiner, abrem exceção a quem participar de fundação de novas agremiações. “Caso essa regra seja implantada, novos partidos poderão ser fundados a cada eleição”, alertou.

O consultor Fernando Trindade afirmou que a punição de perda de mandato para os políticos que não observarem a fidelidade não é compatível com o capítulo da Constituição de 1988 que trata dos partidos políticos. “Pela Constituição, a fidelidade passou a ser um assunto *interna corporis* dos partidos”, afirmou.

# Comissão estuda ampliação de seguro-desemprego

Favorecidos pela proposta a ser examinada são pescador profissional, extrativista vegetal e beneficiador de produtos da floresta que exerçam suas atividades de forma artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar

Em reunião marcada para quarta-feira, às 9h, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deverá apreciar, em turno suplementar, substitutivo do senador Tião Viana (PT-AC) a projeto dos senadores Sebastião Rocha (PDT-AP) e Marina Silva (PT-AC) que amplia a concessão do seguro-desemprego ao pescador profissional, ao extrativista vegetal e ao



Marina Silva é autora de um dos projetos que devem ser analisados na quarta-feira

beneficiador de produtos das florestas que exerçam suas atividades de forma artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar. A matéria foi aprovada em primeiro turno por unanimidade na reunião do dia 7 passado. A decisão será definitiva.

## TREINADOR

Também em turno suplementar, deverá ser votado na CAS substitutivo do senador Geraldo Cândido (PT-RJ) ao projeto de autoria do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) que regulamenta a profissão de treinador de goleiro de futebol, determinando que a profissão somente poderá ser exercida por pessoas que tenham o diploma de curso superior de Educação Física. O texto permite que os profissionais não diplomados que estejam desempenhando a função há pelo menos cinco anos continuem na atividade. A matéria foi aprovada em primeiro turno no dia 7 de novembro.

A CAS, que é presidida pelo se-

nador Romeu Tuma (PFL-SP), deverá analisar substitutivo do senador Osmar Dias (PDT-PR) ao projeto do Executivo que proíbe os motoristas de ônibus e caminhões de dirigirem ininterruptamente por mais de quatro horas e estabelece que o profissional deve descansar pelo menos uma hora de forma contínua.

## REPRODUÇÃO

O último item incluído na pauta da CAS é o substitutivo do senador Tião Viana (PT-AC) ao projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que regulamenta as técnicas de reprodução assistida.

Depois da análise dos quatro itens da pauta, a CAS realiza, em conjunto com a Subcomissão de Moradia e Desenvolvimento Urbano, audiência pública com o governador do Paraná, Jaime Lerner, e o secretário estadual de Planejamento de São Paulo, Jorge Wilhelm, com o objetivo de fazer cumprir o direito constitucional à moradia.

## Mauro propõe pena maior para quem retardar investigação

Projeto de lei que aumenta a pena para quem retardar deliberadamente procedimentos investigatórios será analisado em caráter terminativo pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O projeto, de autoria do senador Mauro Miranda (PMDB-GO), estabelece pena de um a três anos de reclusão para os infratores. Atualmente, a pena é de três meses a um ano de reclusão.

O projeto aumenta ainda a pena de um terço até metade se o crime for cometido por autoridade judiciária, policial, parla-

mentar ou civil pública.

Para Mauro Miranda, esse aumento de pena é imprescindível em face da gravidade da conduta dos agentes públicos que retardam ou praticam ato que contrarie a expressa disposição da lei.

De acordo com o texto, deixar de indicar uma razão específica para o retardamento do procedimento investigatório fica caracterizado como crime. O senador ressalta que o sentimento pessoal ou a satisfação de um interesse específico não servem como motivação para retardar processos investigatórios.

## Hartung quer mudar compensação a prejudicados por hidrelétricas

Projeto apresentado pelo senador Paulo Hartung (PSB-ES) estabelece que a compensação financeira pela exploração das águas de um rio por uma hidrelétrica, fixada em 6% do valor da energia produzida, também será paga aos estados e municípios situados no curso



Hartung lembra a polêmica em torno da hidrelétrica de Aimorés

d'água, até 50 quilômetros abaixo da represa. Esses estados e municípios ficarão com 40% da compensação financeira, enquanto os outros 60% serão distribuídos aos estados e municípios onde ficam a barragem e a área alagada. A proposição aguarda designação de relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Hartung argumenta que as regiões localizadas rio abaixo são muito prejudicadas por represas de usinas, principalmente pelos danos ambientais provocados pela variação de volume das águas, interrupção do rio e problemas na navegação, além da perda de seu "potencial hidroenergético". Assim, a seu ver, não é justo que apenas os estados e os municípios onde se localizam a barragem e a área alagada fiquem com o dinheiro da compensação prevista em lei.

O senador relata que, neste momento, há uma grande polêmica por causa da futura cons-

trução da hidrelétrica de Aimorés, na divisa de Minas Gerais com o Espírito Santo. A usina poderia ficar no município de Aimorés (MG), em Baixo Guandu (ES) ou mesmo na divisa entre os dois estados. A União, no entanto, autorizou a construção da barragem em Minas Gerais e, assim, os 6% do valor da energia produzida serão rateados entre esse estado e o município de Aimorés.

Tecnicamente, o município de Baixo Guandu também poderia abrigar a usina. Mas, com a decisão tomada, ele perde todo o "potencial hidroenergético" que possui. A mudança na distribuição da compensação financeira será uma forma de ressarcir o estado do Espírito Santo e seu município pelas perdas que terão.

## Impactos ambientais devem ser debatidos em audiência

A Comissão de Infra-Estrutura (CI) reúne-se amanhã, a partir das 14h, para votar requerimento do senador Paulo Hartung (PSB-ES) que solicita a realização de audiência pública para obter esclarecimentos sobre os impactos ambientais, sociais e econômicos para o Espírito Santo, especialmente para o município de Baixo Guandu, gerados pela implantação da Usina Hidrelétrica de Aimorés.

Para a audiência, Hartung su-

gere que sejam convidados o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), José Mário Miranda Abdo; o presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), Hamilton Nobre Casara; o presidente da Centrais Elétricas de Minas Gerais (Cemig), Djalma Bastos Moraes, também representando o consórcio formado pelas empresas Cemig, Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e Nova Era Silicon; e o

prefeito de Baixo Guandu, José Francisco de Barros, ou o presidente da Câmara Municipal, José de Barros Neto.

Ainda será votado o projeto de lei que impede a implantação do horário de verão nos estados de Goiás, Tocantins e no Distrito Federal. O projeto é de autoria do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) e conta com parecer favorável do senador Mauro Miranda (PMDB-GO).

## Importação para circos pode ficar isenta de imposto

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve votar, em caráter terminativo, projeto de lei do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que trata da isenção do imposto sobre importação para equipamentos e animais amestrados destinados a atividades circenses. Se a matéria for aprovada na comissão e não houver recurso para que seja votada no Plenário do Senado, seguirá para a Câmara dos Deputados.

Pelo projeto, ficam isentos do imposto sobre importação de produtos estrangeiros todos os equipamentos e animais ames-

trados adquiridos no exterior por empresas nacionais dedicadas a atividades circenses. A isenção deverá ser reconhecida pela repartição competente do Ministério da Fazenda, mediante prévia verificação de que o adquirente preenche os requisitos previstos na lei.

Caso a alienação do equipamento ou do animal adquiridos tenha sido feita por pessoas que não satisfaçam as condições da legislação, a Receita Federal de-



Requião: objetivo da proposta é preservar a atividade circense

verá exigir o imposto na forma da atual lei tributária antes de cinco anos contados da data da aquisição, conforme estabelece o projeto.

— Com grande tristeza, vimos assistindo, nas últimas décadas, ao contínuo enfraquecimento da atividade circense em nosso país. Os circos, tão numerosos e exuberantes outrora, hoje são raros e, em grande parte, muito pobres — afirmou o senador.

# Implantação da TV digital será debatida em audiência

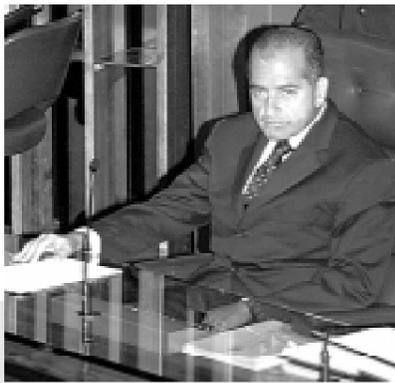
Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática ouve amanhã especialistas e representantes de empresas

A Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática, criada na Comissão de Educação, promove audiência pública amanhã, após a ordem do dia do Plenário, para debater a implantação da TV digital no país.

Serão ouvidos Yapir Marota, gerente-geral de Administração de Planos e Autorização de Uso de Radiofrequências da Agência Nacional de Telecomunicações; Miguel Cipolla Júnior, diretor de Tecnologia e Desenvolvimento da Rede Bandeirantes; Murilo César Ramos, diretor do Departamento

de Comunicação da Universidade de Brasília; e Fernando Bittencourt, coordenador do grupo formado pela Associação Brasileira de Emisoras de Rádio e TV e pela Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão e Telecomunicações (Abert/Set).

A audiência foi requerida pelos senadores Antonio Carlos Júnior (PFL-BA) e Gerson Camata (PMDB-ES). A subcomissão é presidida pelo senador Freitas Neto (PSDB-PI).



Antonio Carlos Júnior é um dos autores do requerimento para realização da audiência pública

## Comissão examina propostas de mudança em nomes de aeroportos

A Comissão de Educação (CE) examina amanhã, às 11h30, substitutivo do senador Geraldo Althoff (PFL-SC) à proposta de mudança do nome do Aeroporto Internacional de Congonhas, em São Paulo, para Aeroporto Omar Fontana, empresário da aviação falecido em dezembro do ano passado. Na justificativa da proposta, seu autor, o senador Romeu Tuma (PFL-SP), afirmou que Omar, que fundou e presidiu a Transbrasil, foi um apaixonado da aviação desde a infância.

— Sua história contempla inúmeras ações de pioneirismos e lutas, que sempre resultaram em favor do setor da aviação no Bra-



Althoff é o relator do projeto que dá o nome de Omar Fontana ao Aeroporto de Congonhas

sil — disse.

A comissão vai analisar ainda outras duas propostas de mudança em nomes de aeroportos. Uma delas propõe que o aeroporto de

Imperatriz (MA) passe a se chamar “Aeroporto de Imperatriz — Prefeito Renato Moreira”. A outra quer mudar o nome do aeroporto de Ilhéus (BA) para “Aeroporto do Cacau Escritor Jorge Amado”.

Outro projeto a ser analisado pela CE quer denominar “Rodovia Deputado Flávio Derzi” um trecho da BR-158. A comissão também deverá examinar o projeto que regulamenta o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, além de dez projetos de decreto legislativo com pedido de autorização para funcionamento de rádio e televisão em algumas cidades do país.

## Pesquisa mostra população satisfeita com os serviços públicos, afirma Jucá

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) disse que a população está contente com os serviços prestados pelo governo. Sua afirmação está baseada na primeira pesquisa nacional de avaliação da satisfação dos usuários do serviço público, promovida pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Jucá informou que essa pesquisa representa o primeiro passo para a criação de um sistema permanente de avaliação da satisfação dos usuários.

De acordo com o senador, 78,5% dos brasileiros estão satisfeitos com a educação pública. A Previdência Social é aprovada por 72,5% de seus beneficiados, segundo o parlamentar. Ele acrescentou que 64,3% da população não têm restrições a fazer em relação aos serviços prestados.

Segundo Jucá, a metodologia utilizada foi bastante interessante, pois avaliou muitas variáveis de cada setor. Salientou terem sido pesquisadas desde a segurança na escola até a distribuição gratuita de medicamentos.

Para Jucá, o estudo permitirá que o cidadão receba um atendimento mais digno e com maior presteza. Ele acredita que os resultados da pesquisa só irão se manter bons na medida em que a população tiver atendidas suas necessidades.

O senador, no entanto, admitiu que as conclusões da pesquisa refletem a falta de consciência da sociedade de que receber um serviço de qualidade é um direito. Por essa razão, afirmou, o grau de exigência da população ainda é baixo.

## Programa sobre reforma psiquiátrica é bem-aceito

O especial que a TV Senado vem apresentando sobre a reforma psiquiátrica brasileira repercutiu positivamente entre os profissionais que lidam com a saúde mental. A emissora recebeu pedidos de instituições ligadas ao assunto para que o programa seja apresentado como material didático em faculdades de psicologia e psiquiatria e na 3ª Conferência Nacional de Saúde Mental, que se realizará em Brasília em dezembro.

O programa aborda as mudanças no tratamento das doenças mentais, desde o fim da Idade Média, quando teve início o sistema de isolamento dos doentes, até os últimos anos, marcados pela defesa da inclusão social do paciente mental e pela redução drástica da quantidade de estabelecimentos de internação. O especial apresenta números que revelam o impacto das doenças mentais no mundo atual e o seu peso para a economia — segundo dados da Organização Mundial da Saúde, 400 milhões de pessoas em todo o mundo sofrem de transtornos mentais, inclusive os relacionados ao álcool e às drogas.

Um dos principais problemas sofridos pelos doentes mentais é o estigma que carregam os pacientes, agravado na maior par-

te das vezes pelas condições indignas a que são submetidos.

— A loucura é como um transbordamento. Um rio que sai de suas margens. O ciclo da maior parte da humanidade indica que os indivíduos vivam nas suas margens, mas temos alguns que transbordam as margens e apresentam comportamento estranho — explica Marcus Vinícius de Oliveira, presidente do Conselho Federal de Psicologia.

O programa apresenta experiências inovadoras de tratamento psiquiátrico, como a do Instituto de Saúde Mental de Brasília e a da TV Pinel, do Rio de Janeiro, que procura inserir o paciente por meio da produção de vídeos. Há também espaço para opiniões favoráveis a estruturas mais tradicionais de atendimento. “O hospital psiquiátrico é necessário, mas não nos moldes tradicionais”, opina Carmem Brider, da Federação Brasileira de Hospitais.

A linha condutora do programa é o respeito ao doente mental. Esse sentimento é sintetizado nas palavras de Artur Bispo do Rosário, interno durante décadas do Instituto Pinel, no Rio de Janeiro, e autor de obras de arte reconhecidas internacionalmente: “Os doentes mentais são como beija-flores; nunca pousam, vivem sempre a dois metros do solo”.

### PROGRAMAÇÃO



#### TV SENADO

##### HOJE

6h — Saúde/Unip — Tiroíde  
6h30 — Cidadania — A sen. Emilia Fernandes, a Profª Lia Zanatta e Magali Silva Santos, da Agenda, falam sobre a violência contra a mulher  
7h30 — Entrevista — O sen. Geraldo Melo fala sobre o desenvolvimento do Nordeste  
8h — Canal do Município — Programa dedicado aos municípios brasileiros  
8h30 — Comissão de Assuntos Sociais — Audiência pública “Diálogo sobre o acesso à biodiversidade” requerida pela senadora Marina Silva, com presença de representantes do Executivo (Ministérios do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia e Relações Exteriores) (gravado)  
12h — Ideias — Os senadores: opinião, discursos e novos projetos  
12h — Arquivo Aberto — Energia  
12h30 — Entrevista — O sen. Carlos Wilson fala sobre o racionamento de energia no Nordeste  
13h — Fala Cidadão — A conexão do Senado com a sociedade  
13h30 — Cidadania — O sen. Sebastião Rocha e Wânia Sant’anna, do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres, falam sobre as cotas para a população negra  
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)  
18h30 — Entrevista — O sen. Roberto Saturnino fala sobre o Fórum Social Mundial  
19h — Ideias — Os senadores: opinião, discursos e novos projetos

19h30 — Cidadania — O sen. Artur da Távola e a profª Isabel Magalhães falam sobre a linguagem do poder  
20h30 — Entrevista — O sen. Paulo Souto fala sobre a terceirização e o trabalho temporário  
21h — Jornal do Senado — O resumo das atividades do Senado  
21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

#### RÁDIO SENADO

##### HOJE

7h — Música, informação e serviço  
7h30 — Senado Notícias em ondas curtas para as regiões Norte/Nordeste  
8h — Senado Primeira Hora — As principais notícias do Senado, do país e do mundo  
9h — Música, informação e serviço  
9h30 — Festa de Arromba — Nos tempos da Jovem Guarda  
Em seguida — Música, informação e serviços  
13h30 — Festa de Arromba — Nos tempos da Jovem Guarda (reapresentação)  
14h15 — Senado Notícias — Edição da tarde  
14h30 — Sessão Plenária do Senado  
19h30 — A Voz do Brasil  
20h — Música, informação e serviço  
20h30 — Festa de Arromba — Nos tempos da Jovem Guarda (reapresentação)  
22h — Senado Notícias — Edição da noite  
19h — Ideias — Os senadores: opinião, discursos e novos projetos

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



Para Lúdio Coelho, "é preciso que se abra ampla discussão sobre o país"

## Lúdio prega entendimento entre os Poderes

O senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) defendeu amplo entendimento entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário destinado a criar no país um novo ordenamento administrativo que permita o encaminhamento, de forma prática e objetiva, das grandes questões nacionais e dos problemas que atingem diretamente o cidadão, como os relativos às áreas da saúde, da segurança e da educação.

— É preciso que os três Poderes da União sentem-se à mesa e abram uma ampla discussão sobre o país — disse Lúdio Coelho, para quem a grande reforma a ser feita é a "comportamental" das pessoas que ocupam os mais altos cargos na esfera administrativa. Essa reforma, segundo ele, requer o zelo da coisa pública, tendo por meta o engrandecimento do país e do cidadão.

Lúdio Coelho expressou sua opinião de que as grandes reformas, como a do Judiciário, devem ser feitas por etapas. Segundo ele, outras questões não menos importantes, como o fortalecimento da agricultura, também devem merecer atenção especial do governo.

O senador anunciou que vai deixar a vida pública no próximo ano. Ele fez um relato da sua vida política, afirmando que foi prefeito por duas vezes da cidade de Campo Grande (MS), com uma administração voltada para os interesses do município e de seu povo sem, entretanto, endividar a prefeitura.

Em aparte, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) informou que correntes políticas de Mato Grosso do Sul desejam que Lúdio Coelho concorra à prefeitura de Campo Grande. Os senadores Carlos Wilson (PTB-PE) e Casildo Maldaner (PMDB-SC) também enalteceram as qualidades políticas e administrativas de Lúdio Coelho.

# Cabral garante que a reforma do Judiciário será votada logo

Comissão vai se reunir nesta quarta-feira para examinar as 248 emendas ao relatório, informa senador, prevendo que até março o Congresso concluirá tramitação da proposta

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Bernardo Cabral (PFL-AM), assegurou que a CCJ está avançando no exame da reforma do Judiciário e esclareceu que não existe nenhum tipo de obstáculo à votação da matéria. Cabral, que é também relator da reforma, informou que a CCJ fará uma reunião nesta quarta-feira para examinar as 248 emendas apresentadas ao seu relatório.

— É preciso deixar claro, em função de algumas notícias truncadas ou incompletas, que o que aconteceu na última reunião foi um pedido de vista coletivo e que não há nenhum entrave ou obstáculo à votação do parecer — afirmou Cabral, que acredita ser

possível a conclusão da reforma no Congresso até março do ano que vem.

O senador disse também que, caso a reunião de quarta-feira não se realize ou não seja possível examinar todas as emendas apresentadas, ele irá solicitar a realização de uma reunião extraordinária da comissão para continuar a análise da matéria, "a fim de que não se obstaculize, não se emperre, não se demore na apreciação daquilo que o povo espera, que é uma reforma do Judiciário não feita para segmentos, mas sim para o povo brasileiro".

Cabral fez questão de explicar que o pedido de vista não tem



Bernardo Cabral: pedido de vista não tem nenhuma conotação político-partidária

conotação político-partidária, nem por parte daqueles que integram a oposição nem daqueles que pertencem à situação.

— Não se pode é pensar em uma reforma que tenha o intuito de

agilizar a Justiça, e a sua maior praga é a lentidão, sem que se dê a todos a oportunidade da sua contribuição — observou o senador, acrescentando que esse direito é o mesmo tanto para os senadores mais ligados às lides da Justiça quanto para aqueles que, no dia-a-dia, "têm o diploma da universidade da experiência".

Cabral explicou ainda que as emendas já acolhidas pelo relator e que tenham a concordância da oposição e do governo serão votadas em bloco. As demais, que foram acolhidas em parte, consideradas prejudicadas ou rejeitadas serão também examinadas na mesma reunião.

## Jonas defende plantio de algodão transgênico

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) manifestou-se preocupado com a situação da produção algodoeira no país, informando que o setor vem sofrendo por não ter condições de concorrer com outros mercados, já que não pode utilizar sementes geneticamente modificadas da fibra. O algodão transgênico é proibido no Brasil mas é utilizado por 60% dos produtores do planeta, informou.

— Assim, por exemplo, tem sido possível que os produtores americanos e chineses aumentem a sua produção em cerca de 20%, mantendo a mesma área plantada. Isso gera uma concorrência desleal e indefensável no atual momento de globalização das economias mundiais — argumentou.

Jonas contou que o problema é tão grave que a expectativa para a próxima safra de algodão é a de redução de cerca de 20% do volume da produção. Isso porque, explicou, os níveis de preços, pressionados pela elevação da oferta dessa matéria-prima no mercado global, vêm caindo, o que desestimula os produtores.

Com a proibição, explicou o senador, os produtores são obrigados a gastar mais com pulverizações de defensivos, pois as variedades tradicionais do algodão exigem de 10 a 15 pulverizações, en-



Jonas Pinheiro prevê queda de 20% na produção de algodão

quanto as geneticamente modificadas não exigem mais que 3 ou 5.

— Queremos fazer um apelo de formação de fileiras para impedir que aqueles que querem nos impor procedimentos sem embasamento técnico-científico transformem o produtor brasileiro de algodão em "produtor-talibã", onde o essencial para sua sobrevivência lhe é proibido — disse Jonas.

50 ANOS DA CNA

O senador aproveitou para registrar o aniversário de 50 anos de fundação da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), parabenizando a entidade pelo apoio que dedica ao desenvolvimento do setor agrícola nacional, especialmente aos produtores rurais.

— Sem dúvida, os grandes avanços obtidos pela agricultura brasileira devem-se ao esforço e ao trabalho da CNA, que, com sua liderança, ajudou no crescimento do campo, possibilitando que a nossa agricultura se tornasse uma das mais competitivas do planeta.

## Freitas Neto recebe homenagem da CNA

O senador Freitas Neto (PSDB-PI) divulgou na sexta-feira a homenagem que recebeu da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) durante jantar comemorativo dos 50 anos da entidade, realizado na quinta-feira em Brasília. Freitas Neto foi o escolhido pela Federação da Agricultura do Piauí como grande incentivador dessa atividade econômica no estado, durante seu mandato de gover-



Freitas Neto destacou aproveitamento dos cerrados no Piauí

nador.

Freitas Neto rememorou os programas de aproveitamento dos cerrados do Piauí que desenvolveu durante seu governo.

— Trata-se de uma enorme extensão de terras férteis e planas, ideais para a produção de grãos, em função de um bom e estável índice pluviométrico — explicou, destacando o programa de distribuição de sementes de alta qualidade a pequenos agricultores.

## Carlos Bezerra propõe uso sustentável das florestas

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) defendeu a necessidade de criação de uma política de desenvolvimento para o setor florestal, com exploração moderna, sustentável, econômica e compensadora e agregando valor à madeira extraída. "Assim não entregaremos nossas riquezas a preços irrisórios, mas ofereceremos ao mercado produtos elaborados."

Bezerra saudou a iniciativa do



Carlos Bezerra aplaude financiamento concedido pelo BNDES

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) de financiar pioneiramente projeto de manejo sustentável de floresta nativa em Mato Grosso. Ele observou que o Brasil, especialmente as regiões Norte e Centro-Oeste, tem "um espetacular patrimônio florestal".

O financiamento de R\$ 9 milhões do BNDES foi concedido à Guavirá Industrial e Agroflorestal.

# Carlos Wilson aponta arbitrariedade do Executivo

Na opinião do senador, atitudes do governo contra os trabalhadores e em confronto com o Judiciário colocam em risco os Poderes da República. “Nem mesmo o regime militar ousou ações tão arbitrarias”, afirma

As atitudes do governo Fernando Henrique contra os trabalhadores em geral e os servidores públicos em particular estão colocando em risco os Poderes da República, afirmou na sexta-feira o senador Carlos Wilson (PTB-PE). Ele acrescentou que nunca poderia imaginar que um governo formado por conceituados professores “pudesse tratar de forma tão aviltante e truculenta o movimento por reajuste de salários deflagrado justamente por professores de instituições federais”.

Segundo Carlos Wilson, além de se recusar a negociar com o movimento grevista, o governo entendeu de confrontar-se com o Poder Judiciário, por meio da edição de um pacote antigreve, adotando um rigor que não demonstra com outros setores. “Claro que me refiro à licenciosidade com



Carlos Wilson compara rigor contra os trabalhadores com a “licenciosidade” em relação aos bancos

que milhões de dólares foram liberados para socorrer instituições bancárias e para operações assemelhadas” – frisou.

Ao acenar também para mudanças na Consolidação das Leis do Trabalho, o governo quer mesmo é “revisar as conquistas dos trabalhadores, desde que isso não interfira na sua parte, a parte do *Leão*, que abocanha os salários” – afirmou Carlos

Wilson, para quem o que inviabiliza o emprego não é a legislação trabalhista, e sim a brutal carga tributária imposta à atividade econômica.

Todo o funcionalismo público está há sete anos sem reposição das perdas salariais, vivendo hoje com menos de 25% do que recebia, comentou Carlos Wilson. Numa posição de confronto com o Judiciário, lembrou, o Executivo decidiu não acatar decisão do Superior Tribunal de Justiça, que determinou o pagamento do salário dos professores. Recusou-se a pagar valendo-se de uma manobra pela qual conduzia a decisão para o âmbito do Supremo Tribunal Federal.

– Se essa manobra soa como imoral, o que dizer então do pacote antigreve? – indagou Carlos Wilson, acrescentando que “nem mesmo o regime militar ousou ações tão arbitrarias”.

## Lauro: regime descambou para o autoritarismo

Em discurso na sexta-feira, o senador Lauro Campos (PDT-DF) disse que a forma como o governo federal vem reagindo às greves no serviço público demonstra o quanto a administração do presidente Fernando Henrique Cardoso é “despótica e autoritária”. Ele chamou o governo de “ditadura-moleque”, por não cumprir a determinação judicial de pagar o salário dos professores grevistas e pelo pacote de medidas para evitar paralisações no serviço público, considerado inconstitucional por diversos juristas.

– Mais que desrespeito, isso está virando molecagem, não é coisa séria. É uma ditadura-moleque. Paulo Renato (ministro da Educação) recebe determinação judicial de pagar professores e diz que a responsabilidade não é dele, mas do



Para Lauro Campos, comportamento do governo “está virando molecagem”

presidente da República, que já pode tudo, que tem todos os poderes de ditador e agora também assumiu o poder de autorizar o pagamento dos funcionários, principalmente daqueles em greve – afirmou Lauro.

O senador citou o livro *Sua majestade, o Presidente da República*, do cônsul inglês no Brasil no início do século 20 Ernest Hambloch, e afirmou que o segundo mandato de Fernando Henrique é um “segundo reinado, conquistado à custa de compra de votos de deputados”. Enquanto isso, acrescentou, as altas taxas de desemprego aumentam o desespero e a agressividade da população, colocando “em cada esquina um irmão transformado em agressor, uma criança, em bandido”.

– Temos consciência perfeita de que o regime é ditatorial, que descambou para o autoritarismo. O mais cínico autoritarismo revestido com o cada vez mais roto manto legal que a cada dia é desprezado e vilipendiado – declarou.

## Começa exame da MP que dá reajuste a servidores

Amanhã, às 17h, haverá reunião de instalação da Comissão Mista destinada a examinar a Medida Provisória (MP) 2.225-45, de 2001. A MP trata de diversos assuntos, entre eles a concessão de reajuste de 3,87% aos servidores do Poder Executivo Federal a partir de janeiro de 2002.

Outro tema é a criação do Sistema Nacional Antidrogas, destinado à prevenção e repressão do uso indevido e do tráfico de substâncias entorpecentes.

A MP também regulamenta o conceito da reversão, ou seja, o retorno do servidor aposentado à ati-

vidade, e trata de outros temas relacionados a servidores, como a revogação do adicional por tempo de serviço (1% acrescido ao salário para cada ano trabalhado).

A MP ainda institui a quarentena para autoridades de primeiro escalão do governo.

## Tião Viana estranha órgão paralelo para tratar de hepatite

O senador Tião Viana (PT-AC) manifestou estranheza diante de duas notícias: a de que o Ministério da Saúde teria criado outra comissão para cuidar da hepatite B e C, desconsiderando a existência da Comissão Nacional para o Controle e a Prevenção da Hepatite no Brasil, e a de que essa nova comissão teria aprovado um protocolo multicêntrico – que envolve diferentes órgãos e especialistas –, pago pelo Ministério da Saúde, para avaliar um novo medicamento contra a hepatite C, o Interferon Peguilado, ao custo aproximado de US\$ 10 milhões.

Tião Viana admitiu que poderá encaminhar à Mesa requerimento de informações ao Ministério da Saúde para confirmar a existência desse órgão “paralelo” e esclarecer os seus objetivos, e que poderá recorrer até mesmo à criação de uma comissão no Senado para averiguar



Tião Viana pode encaminhar requerimento de informações ao Ministério da Saúde

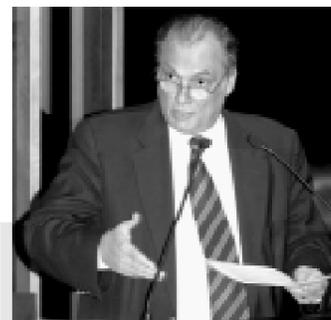
essa “estranha” operação. O senador disse que, apesar de ter procurado confirmar a informação junto ao secretário de Assistência à Saúde do ministério, Renilson Rehem, não obteve até agora resposta. Ele ressaltou que Rehem sempre agiu como pessoa íntegra, e que, por isso, espera que as informações que solicitou lhe sejam enviadas.

## Freire elogia política externa, mas cobra coerência do governo

O senador Roberto Freire (PPS-PE) enalteceu a política externa colocada em prática pelo presidente da República, principalmente quando Fernando Henrique Cardoso prega uma nova ordem mundial destinada a pôr fim à predominância de estados e mercados. Ele também destacou a coerência do Itamaraty quando combate a hegemonia unilateral, “praticada particularmente pelos Estados Unidos”. Mas, no entender de Freire, a exploração da política externa por Fernando Henrique não guarda coerência direta com a administração que desenvolve no Brasil.

Segundo Freire, o PPS também apóia outras propostas do presidente no setor externo, como o acesso do Brasil a mercados de países ricos, “atualmente fechados em virtude de políticas de subsídio e outros instrumentos legais” – mecanismos que, observou, já vêm sendo combatidos pela própria Organização Mundial do Comércio.

Mas, na avaliação do senador, muitas das políticas adotadas pelo



Freire: política externa de FHC não guarda coerência direta com a administração desenvolvida no Brasil

presidente, com apoio do bloco que está no poder, “são claramente subordinadas à visão do pensamento único, típico do neoliberalismo”. Isso fica claro, notou, na política econômica “e nas relações até promíscuas com os sistemas financeiros”.

Freire fez essas considerações ao dar ciência ao Senado de recente viagem que realizou à Espanha e à Itália, onde participou, respectivamente, do Congresso de Parlamentares Ibero-Americanos na Rede e do II Congresso Nacional da Democracia da Esquerda.